



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

**Profissionalização da Gestão e Nível de Transparência das Organizações da
Sociedade Civil de Interesse Público**

KLEYTON ARTHUR SOUSA LISBOA

Universidade Federal do Pará

MANOEL RAIMUNDO SANTANA FARIAS

Universidade Federal do Pará

Profissionalização da Gestão e Nível de Transparência das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

RESUMO

O principal objetivo deste estudo foi verificar a existência de associação entre o nível de profissionalização e o nível de transparência nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Para tanto foi proposta uma forma de mensurar as variáveis profissionalização e transparência, por meio de indicadores, que foram baseados na literatura sobre gestão e controle de entidades com fins não econômicos. Os índices foram observados em 26 OSCIPs do Estado do Pará, para as quais foi possível obter dados sobre os indicadores retro mencionados, de um universo de 67 entidades desse tipo, conforme informado pelo Ministério da Justiça. Para verificar a associação foi utilizada a técnica de Análise de Correspondência (ANACOR). Os resultados indicaram a não rejeição da hipótese de associação entre o nível de profissionalização da gestão e o nível de transparência, ou seja, esta pesquisa concluiu que as OSCIPs com alto nível de profissionalização são aquelas que apresentam também um alto nível de transparência. Como pesquisa futura sugere-se uma análise entre as OSCIPs com melhores índices versus as OSCIPs com baixos índices de transparência e profissionalização para verificar se há relação entre essas duas variáveis com os resultados apresentados em suas demonstrações contábeis.

Palavras-Chave: OSCIP. Profissionalização da Gestão. Transparência. ANACOR.

1. INTRODUÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são entidades criadas por iniciativa privada com fins não econômicos que, por meio da Lei n.º 9.790/1999 obtiveram essa qualificação concedida pelo Ministério da Justiça, se tornando assim, entidades de utilidade pública. O objetivo desta qualificação visa facilitar o surgimento de parcerias e convênios com o Poder Público assim como concedê-las alguns benefícios fiscais. (BRASIL, Lei 9.790/1999).

As OSCIPs são entidades que manejam recursos nacionais, internacionais, públicos e privados. Em tese, portanto, é natural que sintam a necessidade de prestar contas à sociedade, não só dos recursos financeiros utilizados, como também do retorno social que oferecem à população, principalmente no âmbito regional onde atuam.

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS, 2009) propõe que a profissionalização da gestão de uma entidade do terceiro setor é de fundamental importância para garantir, não somente o desenvolvimento de suas atividades de maneira eficaz, como principalmente, garantir sua sobrevivência. Pois um dos desafios enfrentados por essas entidades está na manutenção de suas atividades e no desenvolvimento da gestão adequada que garanta a eficiência e eficácia de seus projetos sociais.

Uma organização que possui uma gestão profissional em tese também tenderá a apresentar um elevado nível de transparência em seus processos de prestação de contas, pois a gestão profissional exercida com base em princípios éticos e transparentes faz com que a organização assuma o compromisso com uma gestão de qualidade, responsabilidade e respeito para com os objetivos na qual foi criada.

A pesquisa será realizada para evidenciar e validar se há uma associação entre os níveis de profissionalização e os níveis de transparência apresentados pelas OSCIPs do Estado do Pará. Essa associação foi verificada por meio da aplicação da técnica estatística de Análise de Correspondência (ANACOR).

A questão problema que norteia esta pesquisa é a seguinte: Existe associação entre a profissionalização da gestão e a transparência das OSCIPs do Estado do Pará?

2. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Para Falconer (1999) Terceiro Setor é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade que atua na execução de projetos e programas de interesse social, voltados para múltiplas realidades locais.

Levando em consideração a não existência da denominação “ONG” no Código Civil Brasileiro, pode-se dizer que as OSCIPs são o reconhecimento oficial e legal mais próximo desse termo, especialmente porque são marcadas por uma busca de transparência administrativa. Contudo qualificar-se como OSCIP não é uma obrigação, e sim uma opção tomada pela entidade buscando viabilizar convênios e contratos de parcerias com o governo.

A lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 traz a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado com fins não econômicos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Essa qualificação permite a essas Entidades relacionarem-se com o Estado por meio de termos de parcerias, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias das OSCIPs atendam os requisitos da lei.

As organizações que optam pela qualificação de OSCIP são obrigadas, de acordo com o inciso I, do art. 4º da lei 9790/99, a se submeterem aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. O legislador, ao fixar para as OSCIPs os mesmos princípios aplicados na administração pública, visou proteger uma gestão mais eficiente acerca dos recursos executados por essas entidades. Essa medida visa não só a segurança do dinheiro público repassado como também maior transparência dos benefícios gerados pelos serviços oferecidos por essas instituições.

De acordo com Comini (2011), o tempo médio de duração de uma ONG no Brasil é de oito anos. Nesse sentido, supõe-se que a profissionalização ligada a transparência, pode ajudar a melhorar o tempo médio de duração dessas entidades tendo em vista o reconhecimento do seu impacto na captação de recursos e parcerias.

O Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e Serviços Contábeis de Londrina (Sescap-Ldr, 2011) afirma não existir um estudo específico que identifique o índice de mortalidade das entidades beneficentes e Organizações Não Governamentais. Mas a realidade é que a maioria delas enfrenta problemas de gerenciamento, sentindo dificuldades de atingir sua consolidação plena. Geralmente nesses casos específicos nota-se a ausência de comprometimento das entidades, que acabam se constituindo apenas para utilizar-se dos recursos públicos recebidos em benefício próprio.

Diário do Pará (2013):

De acordo com a Controladoria Geral da União, a inclusão desse novo grupo de ONGs, que possuem inúmeras entidades com sede no Pará, completa 2.395 organizações não governamentais banidas do serviço público. “Uma grande parte deste trabalho de exclusão só foi possível graças à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – criada no Senado Federal em 2010 para investigar repasses de recursos da União para Organizações não Governamentais”, destaca a nota divulgada pela CGU. O relatório da mostrou a atuação irregular de milhares de ONGs em território nacional e apurou a interferência dessas organizações em assuntos indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que são atuantes na região Amazônica.

2.1. Profissionalização da Gestão

Rovani (2007) destaca a importância da profissionalização:

[...]sem profissionalização e avaliação, ONGs encontram dificuldades para conseguir verba, apoio de empresas e benefício fiscal. A expansão do terceiro setor acirrou a competição por recursos públicos e privados, e a seleção ficou mais criteriosa. Assim, profissionalização e credibilidade passaram a ser essenciais, e a qualidade na administração virou critério prioritário para captar recursos.

No que diz respeito à profissionalização, os gestores de ONGs têm como papel o “estabelecimento de critérios sobre como devem gerir os colaboradores e os voluntários, envolvendo estratégias de atração, desenvolvimento e retenção de pessoas, além da conciliação de interesses individuais e organizacionais” (Pedrosa, 2009).

A realidade da gestão das ONGs é distinta das entidades lucrativas e governamentais. Por possuir uma estrutura diferenciada, essas entidades requerem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores específicos para geri-las. Os gestores no exercício do seu papel devem estar conscientes dessas peculiaridades e a busca pela capacitação e profissionalização deve ser feita de forma constante e não eventual. “O que atrai pessoas para uma organização são padrões elevados, porque estes criam auto-respeito e orgulho”. (Drucker, 2006, p. 15).

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats) reafirma a importância da profissionalização como requisito fundamental da gestão. Criado em 1998, é conhecido por sua excelência na capacitação e na oferta de cursos específicos para formar líderes capazes de administrar entidades que possuem propriedades particulares, como o caso das OSCIPs.

Nos âmbito da profissionalização da gestão, a controladoria de uma ONG, se torna peça principal na administração dos recursos, que por meio de uma análise de dados gerados por ela pode-se discutir os rumos a seguir pela entidade e observar as tendências mercadológicas e organizacionais. Dessa forma, com a controladoria será possível verificar se a entidade está sendo corretamente direcionada aos seus objetivos e se seu propósito está ou não sendo prejudicado.

Para Mosimann et al. (1999), a controladoria é um conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da Contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, buscando orientá-las para a eficácia.

A profissionalização também pode ser representada através das práticas de auditoria. Attie (1998, p. 131), menciona que “os procedimentos de auditoria são as investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras ou sobre o trabalho realizado”. Com base na afirmação de Attie, em tese, a entidade que realiza a prática de Auditoria poderá obter uma gestão adequada que vise identificar as deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro e apresentar recomendações para melhorá-los.

2.2. Transparência

Gonçalves (2011) reforça a respeito da importância da transparência:

Nessa era da desconfiança, a transparência poderá ser o grande diferencial para as fundações e ONGs, pois a reputação é o grande ativo da maioria delas. Por isso, todas as fundações e associações, desde as grandes de origem empresarial até as pequenas ONGs de base, precisam melhorar substancialmente seus sistemas de governança, com uma atenção especial para a transparência. Ela deve ser vista como oportunidade e não como obrigação. Ela pode propiciar a verdadeira alavancagem do investimento social, pois atrairá apoios e parcerias. Ela serve também como um meio de proteção contra as suspeições indevidas.

Ainda a cerca da transparência, inferido do princípio da publicidade, Tenório (2001, p.23) afirma que ela é imperativa para a gestão das organizações.

Em face do seu compromisso com conceitos ligados à ética e à democracia, têm a obrigação de instituir para si um gerenciamento cristalino, tomando as informações relativas à forma pelo qual administram seus recursos conhecidas pelo conjunto dos membros disponível para a sociedade como um todo.

Com base nos conceitos apresentados, teoricamente, pode-se dizer que o nível de transparência das OSCIPs tende a influenciar de maneira relevante na forma como esta entidade é vista pela sociedade, governo e financiadores privados. E dessa forma supõe-se que, quanto mais transparente maior credibilidade a entidade poderá obter, o que pode impactar de forma positiva na sua consolidação e continuidade.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da prestação de contas como um indicador de transparência institucional. A própria lei 9.790/1999 exige que as OSCIPs prestem contas de seus recursos financeiros, ao determinar que aquelas que desejam obter a certidão de regularidade tornem essa prática uma condição obrigatória.

Por prestações de contas, o CFC (2004, P. 78) define:

[...] o conjunto de documentos e informações disponibilizadas pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

A transparência no processo de prestação de contas é essencial na busca pela credibilidade com os agentes internos e externos e pode contribuir para demonstrar que o objetivo da organização foi cumprido de forma eficiente e em que os recursos captados foram aplicados. Este posicionamento pode levar a certa sustentabilidade econômica, uma vez que se a instituição presta contas satisfatoriamente nas formas técnica e financeira, esta ainda poderá ser alvo de novos investimentos.

Para isso, é importante que os gestores dessas instituições, assumam um alto grau de comprometimento com a sociedade para a qual oferecem seus serviços. De acordo com Falconer (1999), *accountability* diz respeito à necessidade de transparência e à

responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos em face delas.

Segundo Ferrarezi e Rezende (2001, p.19):

A expansão e o fortalecimento do Terceiro Setor é uma responsabilidade, em primeiro lugar, da própria sociedade, que deve instituir mecanismos de transparência e responsabilização capazes de propiciar a construção de sua autoregulação, independentemente do Estado. A existência de *accountability* (responsabilidade, em última instância) contribuirá para o aumento da credibilidade e da confiabilidade das instituições do Terceiro Setor.

Logo, também pode-se admitir *accountability* como fator positivo na transparência e comprometimento dessas organizações do terceiro setor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para iniciar a busca dos dados, partiu-se das informações presentes na lei 9.790/1999, que pré-dispõe no seu art. 17 que “o Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”. A partir dessa informação e visando a viabilidade técnica do estudo, foram definidas as limitações de pesquisa. Portanto, a busca se deu somente entre as Organizações qualificadas como OSCIPs, indicadas nesta lei.

A delimitação geográfica por sua vez, foi estabelecida na forma de priorizar resultados que contribuíssem com o contexto regional. Nesse sentido, definiu-se que dentro das organizações pesquisadas, só seriam apuradas e analisadas aquelas sediadas dentro do mesmo contexto econômico onde este trabalho foi desenvolvido, ou seja, apenas as organizações sediadas no Estado do Pará.

Através do website do Ministério da Justiça, foi apurada uma relação completa com 67 OSCIPs, identificadas de acordo com o seu CNPJ, nome, endereço, CEP, cidade, unidade federativa, telefone e publicação. Com base dessa relação, foram analisados os dados com o propósito de levantar informações para compor dois diferentes índices: de profissionalização e transparência, visando estabelecer uma associação entre as duas variáveis.

Para que fossem criados os referidos índices que mensurassem o nível de transparência e profissionalização da gestão, algumas informações foram consideradas a partir dos dados apurados. Visando os objetivos da pesquisa e considerando sua fundamentação teórica, a análise documental buscou as seguintes informações:

- Informações de Recursos Humanos;
- Origem de Fonte de Recursos;
- Notas Explicativas;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Superávit e Déficit do Exercício.
- Publicação da Prestação de Contas em site próprio;
- Publicação de Relatório Técnico em site próprio (prestação de contas não financeira);
- Atualização das prestações de contas publicadas;
- Administração Própria ou Terceirizada;
- Prática de Auditoria;
- Localização;
- Natureza Jurídica;
- Tempo de Certificação;
- Cadastro no sistema Cadastro Nacional de Entidades;
- Publicação de Relatório Técnico;
- Prestação de Contas – Site próprio;

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

- Prestação de Contas – Ministério da Justiça;
- Prestação de Contas – Atualizada;
- Remuneração dos Dirigentes;
- Total de Colaboradores;
- Total de Voluntários;
- Total de Assalariados;
- Mais de uma fonte de recurso;
- Fonte de Recurso Centralizada;
- Principal Fonte de recurso;
- Recebeu ou não Recurso Público;
- Regime Contábil;
- Aplicações Financeiras.
- Administração Terceirizada;
- Prática de Auditoria;
- Controladoria;
- Disponibiliza as Demonstrações Contábeis, se solicitado;
- Atividades Secundárias pra Obtenção de Receita;
- Diferencia gastos (administrativos x atividades de pesquisa/fim)

Dessa totalidade de informações, priorizou-se aquelas mais relevantes e que seriam utilizadas de forma ativa para fundamentar e formular os índices de transparência e profissionalização.

Conforme explica Ferreira (2008, p.9),

[...] o índice é um modo comum de melhorar o desempenho de um banco de dados. Através dele, o leitor interessado pode ir diretamente à informação desejada em vez de analisar inteiramente o banco de dados. Cada índice deve ser definido a partir de um conjunto de atributos usados como critérios de pesquisa. Os critérios devem ser representados por números simples, evitando-se portanto, números flutuantes [...].

A aplicação dos índices será de fundamental importância para atuar como um indicador de profissionalização e transparência. Para que isso seja possível, se faz necessário estabelecer critérios para formulação de cada um desses índices. As informações coletadas foram classificadas de acordo com sua natureza e a partir de sua essência, cada dado apurado foi classificado para facilitar a mensuração das seguintes variáveis:

1. Índice de Profissionalização;
2. Índice de Transparência.

Após a apuração das informações e dos índices acima citados, elaborou-se uma relação decrescente das OSCIPs em grau de profissionalização e transparência. O sentido desta metodologia foi de buscar uma associação entre o nível de profissionalização da gestão e o nível de transparência das prestações de contas das OSCIPs do Estado do Pará.

3.1. Indicadores de Profissionalização e Transparência

3.2. Índice de Profissionalização

O índice de profissionalização buscou agregar as informações que contribuíram para sua formação, as quais foram denominadas de indicadores, que servirão para fundamentar a existência do referido índice e esclarecer o motivo pelo qual essa ferramenta será capaz de mensurar os níveis de profissionalização da gestão das OSCIPs pesquisadas.

Levando em consideração o caráter qualitativo e quantitativo das informações levantadas, buscou-se uma condição que equilibrasse a influência de cada uma delas no resultado obtido pelo índice. Para isso, a cada indicador apresentado foi atribuída a nota 0 (zero) ou 1 (um). Essa atribuição dependeu do posicionamento das OSCIPs em relação à informação contida nos indicadores, ou seja, a ocorrência ou não ocorrência de determinado

indicador na entidade verificada. A nota 0 (zero) terá sempre caráter negativo, enquanto a nota 1 (um), caráter positivo.

Atribuindo tais condições, o Índice de Profissionalização se dará pela somatória das notas atribuídas para cada indicador, que será diferente em cada caso analisado. Portanto, adota-se a seguinte função:

$$X = I + II + III + IV + V + VI + VII$$

Em que,

X = Índice de Profissionalização;

I = Remuneração dos Dirigentes;

II = Escrituração Contábil;

III = Aplicações Financeiras;

IV = Auditoria;

V = Controladoria;

VI = Atividade Secundária;

VII = Diferencia gastos.

De acordo com a presença ou ausência de cada um dos indicadores do índice de profissionalização, o mesmo poderá variar em uma escala de 0 (zero) a 7 (sete). Em síntese, o índice de profissionalização foi mensurado da seguinte maneira:

Tabela 1 – Variação do Índice de Profissionalização

Indicadores	Ausência = 0	Presença = 1
Remuneração de dirigentes	0	1
Escrituração Contábil	0	1
Aplicações Financeiras	0	1
Prática de Auditoria	0	1
Prática de Controladoria	0	1
Existência de Atividade Secundária	0	1
Diferenciação de Gastos	0	1
Total	0	7

Em relação ao índice de profissionalização, estabeleceram-se três níveis, quais sejam: baixo, médio e alto. Dessa forma, as OSCIPs que apresentaram o índice de profissionalização consolidado na faixa de 0 a 2, foram consideradas em baixo nível de profissionalização. Na faixa de 3 a 4, médio nível de profissionalização. Por fim, de 5 a 7, alto nível de profissionalização. Conforme quadro a seguir:

Tabela 2 – Nível de Profissionalização

Nível de Profissionalização	Escala	
	Mínima	Máxima
Baixo	0	2
Médio	3	4
Alto	5	7

3.2.1. Índice de Transparência

O Índice de Transparência foi formulado no mesmo entendimento do índice de profissionalização e foi estabelecido pela seguinte função:

$$Y = a + b + c + d + e + f$$

Em que,

Y = Índice de Transparência;

a = Entidades habilitadas no Cadastro Nacional de Entidade;

b = Relatório Técnico;

- c = Prestação de Contas no Ministério da Justiça;
d = Regularidade das Prestações de Contas no Ministério da Justiça;
e = Prestação de Contas em site próprio;
f = Disponibiliza as Prestações de Contas, se solicitadas.

De acordo com a determinação de cada um dos componentes, o índice de transparência varia em uma escala de 0 (zero) a 6 (seis). Em síntese, conforme consta na tabela 3, o índice de transparência foi mensurado da seguinte maneira:

Tabela 3 – Variação do Índice de Transparência

Indicadores	Ausência = 0	Presença = 1
Entidades habilitadas no Cadastro Nacional de Entidades	0	1
Publicação de relatório técnico	0	1
Prestação de Contas – Ministério da Justiça	0	1
Atualização das Prestações de Contas – Ministério da Justiça	0	1
PC's em site próprio	0	1
Disponibiliza Prestação de contas, se solicitado	0	1
Total	0	6

Dado o índice de transparência, estabeleceu-se três níveis, quais sejam: baixo, médio e alto. Dessa forma, as OSCIPs que apresentaram o índice de transparência consolidado na faixa de 0 a 2, foram consideradas em baixo nível de transparência. Na faixa de 3 a 4, médio nível de transparência. Por fim, de 5 a 6, alto nível de transparência. Conforme esboça o quadro abaixo:

Tabela 4 – Nível de Transparência

Nível de Transparência	Escala	
	Mínima	Máxima
Baixo	0	2
Médio	3	4
Alto	5	6

3.3. Técnica de Análise dos Dados

O procedimento utilizado para verificar a associação entre o índice de profissionalização e o índice de transparência foi a técnica da Análise de Correspondência (ANACOR), que conforme Fávero et al. (2009, p. 272.), [...] é uma técnica que exhibe as associações entre um conjunto de variáveis categóricas não métricas em um mapa perceptual, permitindo, desta maneira, um exame visual de qualquer padrão ou estrutura nos dados.

A opção por utilizar a técnica de Análise de correspondência é devido ao fato de ser possível, além da análise individual das variáveis, a observação conjunta das mesmas para verificar a sua associação. Tendo em vista os objetivos do trabalho, considera-se importante sua utilização, pois esta facilita a interpretação das associações entre as variáveis.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Resumo dos Dados

Tabela 5 - Matriz dos Dados Utilizados

	Situações					
	Válidas		Não Válidas		Total	
	Nº	Percentual	Nº	Percentual	Nº	Percentual
PROFISSIONALIZAÇÃO X TRANSPARÊNCIA	26	100,0%	0	,0%	26	100,0%

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

Conforme observado na tabela 5, a amostra utilizada cobriu um total de 26 (vinte e seis) OSCIPs com o objetivo analisar uma possível associação entre seus índices de profissionalização e seus índices de transparência.

4.2. Análise do Teste Qui-Quadrado

Tabela 6 - Resultado do Teste Qui-Quadrado

	Valor	Gi*	Sig. Assint.** (2-variáveis)
Qui-Quadrado de Pearson	20,452 ^a	4	,000
Razão de Verossimilhança	19,330	4	,001
Assoc. Linha por Linha	9,985	1	,002
Nº de Casos Válidos	26		

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

a. 8 células (88,9%) obtiveram contagem esperada menor que 5. A contagem mínima esperada é de ,77.

* grau de independência

** significância assintótica

Na Tabela 6 é mostrado o resultado do teste qui-quadrado. Como se pode observar, a significância assintótica (*Assymp. Sig*) está representada ao nível de ,000. Esse nível de significância $< 0,05$ permite rejeitar a hipótese de não associação entre o nível de profissionalização e o nível de transparência. Em outras palavras, o teste indica que existe associação entre as variáveis e, portanto, é adequado a aplicação da técnica ANACOR.

4.3. Análise de Correspondência

Tabela 7 - Tabela de Contingência

Profissionalização	Transparência			
	T_BAIXA	T_MÉDIA	T_ALTA	Margem ativa
P_BAIXA	6	3	0	9
P_MÉDIA	7	5	0	12
P_ALTA	0	1	4	5
Margem Ativa	13	9	4	26

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

Através da tabela 7, pode-se realizar a análise de correspondência propriamente dita, focado no caso específico. Podemos observar que do universo de 26 OSCIPs analisadas, grande parte delas concentram-se com baixo e médio nível de profissionalização e pouquíssimas (apenas 05 entidades) conseguiram classificar-se dentro de um alto nível profissional.

Correlacionando os resultados apurados entre os dois índices, percebe-se que das 09 OSCIPs classificadas com baixo nível de profissionalização, a grande maioria (06 entidades) tende a também possuir um baixo nível de transparência, enquanto outra pequena parte (03 entidades) tende a apresentar um médio índice de transparência. Adicionalmente, pela tabela acima, verifica-se que nenhuma OSCIP que possui baixo nível de profissionalização consegue ser classificada concomitantemente com alto nível de transparência.

Da mesma forma, das 12 OSCIPs classificadas com médio grau de profissionalização, percebe-se uma tendência (7 entidades) para possuírem um baixo grau de transparência, enquanto a outra parte mapeada (5 entidades) se distribui em um médio nível de transparência. Mais uma vez, se pôde observar que nenhuma OSCIP com médio grau de profissionalização, consegue ser classificada concomitantemente com alto nível de transparência.

Na análise do alto nível de profissionalização, verificou-se que das cinco (05 entidades) OSCIPs com alto nível de profissionalização, quase todas também apresentam um alto nível

de transparência (04 entidades) em seus processos de prestação de contas, o que indica a associação entre essas duas variáveis.

4.4. Análise Perfil das Linhas e Colunas

Tabela 8 - Perfil das Linhas

Profissionalização	Transparência			
	T_BAIXA	T_MÉDIA	T_ALTA	Margem Ativa
P_BAIXA	,667	,333	,000	1,000
P_MÉDIA	,583	,417	,000	1,000
P_ALTA	,000	,200	,800	1,000
Massa	,500	,346	,154	

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

A análise dos perfis nos evidencia em forma percentual os dados apresentados na tabela 8. A análise das linhas por sua vez, visa verificar a correlação das variáveis em relação ao índice de profissionalização distribuído nos graus do índice de transparência.

Na tabela de perfis de linhas, verifica-se que do total das OSCIPs com baixo nível de profissionalização, a maior parte delas (66,7%) tendem também a baixa transparência, enquanto uma parcela menor (33,3%) tende a média transparência. Também observa-se que nenhuma entidade com baixo nível de profissionalização consegue se concentrar a um alto nível de transparência.

Das OSCIPs classificadas com nível médio de profissionalização, percebe-se que a maior parcela (58,30%) tende também a baixa transparência, enquanto uma parcela menor (41,7%) tende ao médio nível de transparência. Novamente, nenhuma OSCIP que se enquadra em um médio nível de profissionalização, é também altamente transparente.

Por fim, das OSCIPs classificadas com alto nível de profissionalização, observou-se que nenhuma tende ao baixo nível de transparência e que apenas 20% delas tende ao médio índice de transparência. É nítido que OSCIPs altamente profissionais tendem a também ser OSCIPs altamente transparentes, tendo em vista a alta concentração de 80% observada na tabela de linhas.

Em relação à “massa” percebe-se que do total de OSCIPs analisadas, a maior parte delas (50%) concentra-se em baixo nível de transparência, enquanto outra parcela significativa (34,6%) apresenta médio nível de transparência. O alto nível de transparência concentrou a menor parcela do total das OSCIPs, representado por apenas 15,4%.

Essa constatação reforça a importância e a necessidade das práticas de gestão que foram citadas na sustentação teórica. A falta desses procedimentos resulta em uma concentração negativa das OSCIPs em baixo e médio índice de transparência.

Tabela 9 - Perfil das Colunas

Profissionalização	Transparência			
	T_BAIXA	T_MÉDIA	T_ALTA	Massa
P_BAIXA	,462	,333	,000	,346
P_MÉDIA	,538	,556	,000	,462
P_ALTA	,000	,111	1,000	,192
Margem Ativa	1,000	1,000	1,000	

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

A análise da tabela 9 (perfis das colunas) visa verificar a correlação da variável no sentido índice de transparência distribuído nos índices de profissionalização. Para o índice de transparência percebemos uma leve melhora em relação ao índice de profissionalização, quando se trata da concentração do universo das OSCIPs nos graus estabelecidos.

De acordo com a tabela de colunas a maior concentração se dá no médio nível de profissionalização (46,2%). Esse comportamento se diferencia da forte concentração no baixo nível de transparência, apresentada anteriormente na tabela 4. Comparando as tabelas perfis de linhas e perfis de colunas, observa-se que do universo de OSCIPs analisadas, a maior parte delas tende a possuir uma gestão com baixo grau de transparência, mas ao mesmo tempo também concentram um médio nível de profissionalização.

Na análise do alto nível de transparência, também nota-se uma leve melhora em relação à massa do alto nível de profissionalização. Contudo, mesmo apresentando melhoras, essa concentração ainda se mostra de forma tímida, com uma representação de apenas 19,2% do total das OSCIPs.

Mais uma vez, esse quadro reforça a necessidade de práticas de gestão citadas nos referenciais teóricos, tendo em vista sua fundamental importância na melhoria deste cenário.

Diferente do resultado da análise das linhas, na análise das colunas, observa-se que do total das OSCIPs com baixo nível de transparência, a maior parte delas (53,8%) possui nível médio de profissionalização, enquanto uma parcela menor (46,2%) possui baixo nível de profissionalização. Contudo, novamente se verificou que nenhuma OSCIP com baixo nível de transparência, está associada a um alto nível de profissionalização.

Das OSCIPs classificadas com grau médio de transparência, tem-se que a maior parcela (55,6%) possui nível médio de profissionalização, a outra parcela significativa (33,33%) possui baixo nível de profissionalização. E diferente do constatado nas análises das linhas, uma instituição com grau médio de transparência, conseguiu classificar-se com um alto grau de profissionalização.

Por fim, das OSCIPs classificadas com alto nível de transparência, todas (100%) também foram avaliadas de forma altamente profissional. A análise por colunas confirma a tendência de que OSCIPs altamente transparentes são também OSCIPs com alto nível de profissionalização.

4.5. Relevância Explicativa das Variáveis

Tabela 10 - Inércia e Autovalor

Dimensão	Valor Singular	Inércia	Qui-Quadrado	Sig.	Proporção de Inércia		Valor de Confiança Singular	
					Contagem	Acumulado	Desvio Padrão	Correlação
1	,883	,780			,992	,992	,099	,023
2	,081	,007			,008	1,000	,206	
Total		,787	20,452	,000 ^a	1,000	1,000		

FONTE: *Portable PASW Statistics* (adaptado)

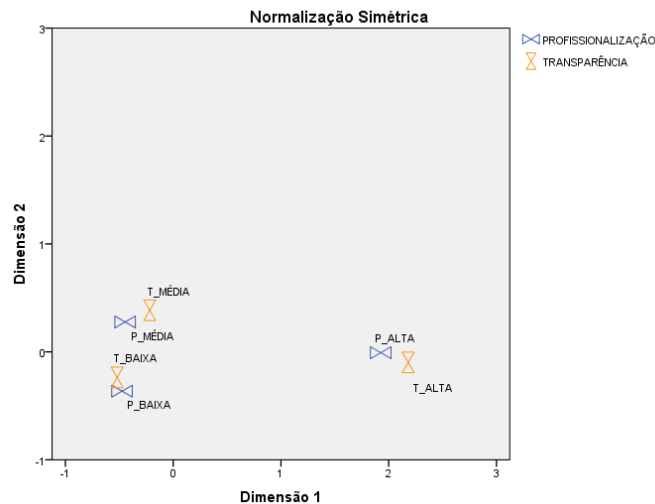
a.4 grau de independência

Durante a análise de correspondência, é comum que uma das variáveis seja responsável por uma maior influência das tendências estabelecidas na associação. Nesse sentido, a análise da inércia permite uma melhor interpretação da capacidade explicativa de cada uma das dimensões.

Na tabela 10, verifica-se que a dimensão 1 possui uma contagem de 99,2% em relação a contagem da dimensão 2, representada por 8%. Dessa forma, constatamos que a dimensão 1 é mais importante para explicar o comportamento dos dados do que a dimensão 2, pois ela explica as tendências dos dados em 99,2% de relevância. Com a elaboração de todas as tabelas de correlação, é gerado o mapa perceptual, para análise final.

4.6. Análise do Mapa Perceptual de Correlação

Gráfico 1 - Pontos de Linhas e Colunas



A elaboração do mapa perceptual é considerado um momento chave para a técnica de ANACOR. Com o esboço do gráfico, é possível finalmente verificar se existe alguma associação entre o nível de profissionalização e o nível de transparência das OSCIPs analisadas, através da constatação das proximidades existentes entre esses dois índices.

De acordo com o que demonstra o gráfico acima, reforça-se as informações que já haviam sido constatadas nas tabelas anteriores. A interdependência da profissionalização e da transparência pode ser vista claramente de forma muito próxima, onde uma variável está diretamente associada com a outra.

5. SÍNTESE DA DISCUSSÃO E FUTURAS PESQUISAS

Neste estudo foi verificada a existência de associação entre o nível de profissionalização e o nível de transparência nas OSCIPs do Estado do Pará. Com o resultado obtido pela técnica de Análise de Correspondência (ANACOR), pode-se afirmar que dentro dos critérios adotados por esta pesquisa e nos limites estabelecidos pela metodologia utilizada, é possível não rejeitar a hipótese de associação entre essas variáveis. Observou-se que as OSCIPs que possuem maior nível de profissionalização da gestão também são aquelas que possuem um maior nível de transparência nas suas prestações de contas.

Através da mensuração do índice de profissionalização e transparência, pôde-se verificar o nível dos referidos índices em 26 OSCIPs do Estado do Pará, e assim classificá-las em níveis decrescentes de profissionalização e transparência, conforme a relação apresentada na seção de apêndices.

Dentro do conjunto das 26 OSCIPs analisadas, verificou-se que é relevante a quantidade de OSCIPs que estão classificadas em baixos níveis de profissionalização e transparência, assim como observou-se poucas instituições ranqueadas com alto nível de profissionalização e transparência.

Conforme citado por Comini (2011), “só o sonho de fazer o bem não basta, tem que saber gerir o projeto para que dê certo”. Por esse motivo, assuntos como prestação de contas, *accountability*, controladoria, auditoria, estratégia na captação de recursos, entres outros, devem ser pautas e implementações a serem discutidas fortemente nas reuniões de alto escalão dessas organizações.

A relação decrescente de OSCIPs geradas de acordo com o nível de profissionalização e transparência tende a contribuir de forma muito positiva para pesquisas futuras. Da mesma forma, espera-se que esta pesquisa também contribua com as OSCIPs interessadas em melhorar seus modelos de gestão. Essa relação apresentada na seção de apêndices, permite às organizações interessadas a observar quais os procedimentos adotados pelas entidades melhores classificadas entre os dois índices, e assim, tê-las como modelo de gestão para implementar as práticas observadas nesse estudo em sua própria organização.

REFERÊNCIAS

- Attie, W.. Auditoria: conceitos e aplicações. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998;
- Brasil. Casa Civil (2002). Lei N°. 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, DF, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 20 out. 2011;
- _____. Lei N°. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 20 out. 2012;
- Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS). São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ceats.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2013;
- Comini, G. Profissionais optam cada vez mais pelo terceiro setor. Revista Aprendiz-Guia de Empregos, São Paulo, 1 nov. 2011. Disponível em:
<http://www.mccomunicacao.com.br/mc/services/clippingm/noticia_email.asp?a=19841444&b=5A150B91&c=1/11/2011>. Acesso em: 24 nov. 2011;
- Conselho Federal de Contabilidade. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. 2. ed. Brasília: CFC, 2004;
- Diário do Pará. CGU quer combater “farra” fiscal de ONGs. Belém, 10 mar. 2013. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-166892-CGU+QUER+COMBATER+%E2%80%98FARRA+FISCAL+DE+ONGS+.html>>. Acesso em: 13 mar. 2013;
- Drucker, P.F.. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006;
- Falconer, A.P.. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999;
- Fávero, L.P. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;
- Ferrarezi, E. & Rezende, V.. Organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP: a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2001;
- Ferreira, P. A aplicação de índices para organização dos dados. São Paulo: Universidade Federal de Pelotas, 2008;
- Gonçalves, E.. Fundações e ONGs: transparência para gerar confiança. São Paulo, ago. 2011. Disponível em: <http://www.gife.org.br/artigos_reportagens_conteudo14324.asp>. Acesso em: 14 mar. 2013;
- Mosimann, C.P.& Fisch, S. Controladoria - seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999;
- Pedrosa et al. Competência Gerencial No Terceiro Setor: Um Estudo em Organizações Não Governamentais na Cidade de Fortaleza-Ceará. In: ENANPAD, 33, 2009, São Paulo;

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

- Rovani, A. Gestão amadora entrava projetos. São Paulo, nov. 2007. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2211200705.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2013;
- Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações (SESCAP), Pesquisas e Serviços Contábeis de Londrina. Falta de contabilidade inviabiliza Ongs. Site Legisweb, Campinas, 23 mar. 2011. Disponível em:
<<http://www.legisweb.com.br/materia.php?id=2598>>. Acesso em 30 nov. 2011;
- Tenório, F. Gestão de ONGs: Principais funções gerenciais. Editora FGV, 2001, Rio de Janeiro.